

1. O trabalho obedece às normas de publicação da Revista (ABNT)? *

Sim

2. O título do artigo informa objetivamente seu conteúdo? *

Sim

3. Seu resumo é claro e conciso? As palavras chaves utilizadas são adequadas? *

Sim

4. O artigo é preciso e objetivo? Não apresenta incorreções de linguagem e tem estilo adequado a seus objetivos? *

Sim

5. O artigo tem boa elaboração, pois esclarece o problema a ser tratado e tem um desenvolvimento coerente com seus objetivos e resultados? *

Sim

6. A metodologia utilizada é propícia? O artigo esclarece suficientemente suas opções metodológicas? *

Sim

7. O artigo apresenta imprecisões ou impropriedades na utilização da base teórica que adota? *

Não

8. O artigo menciona e discute com propriedade os trabalhos de pesquisa da bibliografia pertinentes ao assunto tratado? *

Sim

9. O artigo é inovador em sua área de estudo? Explicita pautas de pesquisa passíveis de desenvolvimento? *

Em parte

10. O artigo contém afirmações falsas ou incorretas sobre fatos, provas, evidências, fontes ou outras informações relevantes? *

Não



11. Sugestão de títulos

Sugere-se a(à) autor(a) a não utilização do título em língua inglesa ("The copyright dilemma"), mas uma tradução equivalente.

12. Sugestões para modificação do resumo e palavras-chaves

Sem sugestões.

13. Sugestões bibliográficas

O trabalho se beneficiaria enormemente de citações à tese do Prof. Luca Schirru, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo título é "Direito Autoral e Inteligência Artificial: Autoria e Titularidade nos Produtos da IA". Está disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/344677489_Direito_Autoral_e_Inteligencia_Artificial_Autoria_e_Titularidade_nos_Produtos_da_IA_Copyright_and_Artificial_Intelligence_Authorship_and_Ownership_of_AI-Generated_Products

14. Observações sobre as citações

Sem observações.

15. Observações substanciais

Sem observações.

16. Comentários adicionais ao autor *

O artigo está bem organizado em capítulos que gradativamente exploram conceitos técnicos, contextualizam a IA no âmbito jurídico e propõem soluções normativas. Essa progressão facilita a compreensão e oferece um panorama completo da problemática. A proposta de reinterpretar a Lei nº 9.610/98 e sugerir um novo marco regulatório é uma contribuição valiosa para o debate acadêmico e legislativo. O texto também evidencia as implicações de diferentes abordagens para a atribuição de direitos autorais, considerando programadores, empresas e usuários finais. Embora o texto mencione a perspectiva do direito estrangeiro, seria enriquecedor explorar com mais detalhes como outras jurisdições têm tratado a questão, especialmente países com legislações específicas sobre IA e direitos autorais. O debate ético é abordado, mas poderia ser mais detalhado, considerando questões como responsabilidade algorítmica e o impacto social de eventuais escolhas normativas. Apesar de o artigo sugerir alterações normativas, faltam propostas mais concretas sobre como o Brasil poderia adaptar sua legislação, incluindo possíveis modelos de regulação ou políticas públicas. Algumas passagens, como a distinção entre "autoria humana" e "autoria não humana," poderiam ser desenvolvidas de forma mais didática, considerando a complexidade técnica e jurídica do público-alvo. A introdução e as partes descritivas sobre IA ocupam um espaço significativo. Embora informativas, poderiam ser condensadas para permitir maior foco nos aspectos jurídicos e normativos.

17. Atribua uma nota de 0 a 10 ao artigo avaliado

7

18. Recomendação final *

O artigo deve ser publicado se incorporar as modificações

Recomendação

Definir ou ajustar a recomendação do avaliador.

Correções obrigatórias